

Conversão nas Bolsas

A largada para a conversão de dívida externa em investimento de capital fixo no Brasil foi dada antes mesmo que o Governo — e o Banco Central em particular — criasse molduras legais para essas operações. O mercado sempre demonstra ser muito mais criativo que o sistema estabelecido, porque nele atuam as leis da oferta e da procura. Ora, o que mais querem os credores estrangeiros, hoje, é encontrar uma forma de passar seu risco adiante, o que é contrabalançado, no lado oposto, por pessoas com capacidade para continuarem apostando na saúde financeira do Brasil a longo prazo e em sua viabilidade para o investimento em capital fixo.

Vivemos uma salada mista não só de emoções políticas, mas ainda de emoções financeiras. O que sobra, por cima de tudo isto, é o convencimento de que não importa quais os problemas institucionais, o país produtivo continua economicamente viável, pois é esse, exatamente, que está sedento de dinheiro para investimento, e é nele onde atuam os intermediários que bancam o processo de conversão legal e informal.

No processo de conversão legal o Governo patinou longamente, enquanto duravam as resistências ferozes de todos aqueles que apostavam no Brasil-autarquia, de costas voltadas para o mundo e para os investimentos estrangeiros, indecisos entre copiarem um modelo franquista como o que prevaleceu na Espanha, travestido aqui de esquerdismo infantil, e propostas de abertura incapazes de interessarem o mundo dos negócios, onde ninguém entra para fazer caridade, mas para lucrar de forma legítima.

Passada a onda infantil, entramos nesse processo de conversão que ainda engatinha, até encontrar um rumo definido. O que temos agora é um anúncio de leilão em Bolsas de Valores. Esse leilão funcionará para efeito de registro do deságio, ou seja, da diferença entre o valor real de uma dívida no exterior e o valor pelo qual essa dívida se transformará, legalmente, em cruzados.

Embora as Bolsas funcionem como *palco* para o leilão, os dólares transformados em cruzados poderão terminar beneficiando alguns projetos isolados, e não necessariamente um grande número de empresas com ações nas mãos do público. É por esse motivo que algumas lideranças do mercado de capitais defenderam uma orientação do Banco Central no sentido de que parte do dinheiro seja obrigatoriamente vinculado ao mercado de ações em Bolsas.

Na medida em que a conversão se transforme numa queda-de-braço entre projetos, terminará elitista, com o Banco Central exercendo seu papel de “dedo no suspiro” para conter o fluxo de recursos que irão jorrar no mercado. Ora, o que mais é

preciso neste país é exatamente a democratização do capital das empresas.

É preciso um vigoroso estímulo à abertura e à democratização do capital, recriando-se — ou melhor, criando-se mesmo, porque nunca existiu na prática — um vasto mercado de ações, com pluralidade de investidores institucionais, novos fundos de investimento para contrabalançarem o poder de fogo das fundações da previdência complementar (dominadas pelos fundos de aposentadoria das empresas públicas) e ampla margem de manobra para que se reativem os lançamentos de novas subscrições.

Ninguém espera que o processo de conversão se transforme em panacéia, mudando da noite para o dia grandes escarpeladores de opções em madonas de Oratório. O que é possível, isto sim, é usar a sofisticada base do mercado de capitais, onde já existem profissionais e estruturas bem azeitadas, para dar liquidez a um negócio legítimo cuja vocação é de crescimento.

Nesse mercado poderão entrar trabalhadores que subscrevam ações das empresas onde trabalhem, os quais terão sempre a oportunidade de vender os seus papéis e de transformarem poupança em dinheiro. O Brasil precisa perder a timidez e entrar numa era profissional em que a poupança se democratiza e, por isso mesmo, sobrevive aos terremotos.

Quando todos participam da propriedade — e o melhor caminho para isto é o mercado de ações — o senso de responsabilidade social aumenta. A burguesia nacional — para falar claro — e as velhas e cansadas elites corporativas ainda não entenderam que a democratização do capital é o caminho para a criação de uma grande nação democrática, com a preservação da livre iniciativa e da propriedade individual. Os antigos privilegiados e os defensores do elitismo têm como sócios a burocracia transformada em nova classe, parceira eventual na distribuição dos favores com seus cartórios, créditos orientados e operações dirigidas.

Eis aí um aspecto que deve ser levado em conta até mesmo no momento em que se discutem os pontos mais críticos na Constituinte. Pois uma base de poder econômico descentralizada sempre permite a construção de alicerces democráticos. Quanto mais fechada a base, mais se refletirá em ameaças aos ensaios de abertura e democratização de sua vida política e social. O ministério da Fazenda assumiu uma posição de vanguarda ao defender o processo de conversão de dívida em capital. Esse é, na verdade, um primeiro e definitivo passo para que o ciclo do dinheiro volte a circular no setor privado da economia. É preciso que o processo se complete, com a democratização das oportunidades e a mais ampla dispersão do capital investido.